



SUMÁRIO

Capítulo I – DIREITO.....	55
1. Noções gerais e conceito	55
2. Direito e moral	56
3. Direito objetivo, direito subjetivo e direito institucional, direito natural e direito positivo, direito material e direito processual, direito público e direito privado, direito individual, direito coletivo e direito difuso, direito disponível e direito indisponível	56
3.1. Direito objetivo, direito subjetivo e direito institucional.....	56
3.2. Direito natural e direito positivo.....	57
3.3. Direito material e direito processual, direito público e direito privado, direito individual, direito coletivo e direito difuso	58
4. Ramos do Direito. Direito comum e direito especial	59
5. Direito Civil: conceito.....	62
6. Conceito e classificação do direito subjetivo. Pretensão. Direitos subjetivos públicos e privados, individuais, coletivos e difusos, de prestação e potestativos, patrimoniais e extrapatrimoniais, disponíveis e indisponíveis, absolutos e relativos, principais e acessórios, transmissíveis e intransmissíveis, divisíveis e indivisíveis, móveis e imóveis, adquiridos, condicionais e a termo.....	62
6.1. Direitos subjetivos público e privado	63
6.1.1. Direitos subjetivos privado de ordem pública e de ordem privada.....	64
6.2. Direitos subjetivos individual e coletivo.....	64
6.2.1. Direitos subjetivos coletivo e difuso. Os interesses individuais homogêneos	64
6.3. Direitos subjetivos de prestação e potestativos	65
6.4. Direitos subjetivos patrimoniais e extrapatrimoniais.....	66

6.5.	Direitos disponíveis e indisponíveis nos âmbitos civil e trabalhista.....	66
6.6.	Direitos subjetivos absolutos e relativos.....	68
6.6.1.	Classificação dos direitos subjetivos absolutos e relativos....	69
6.7.	Direitos subjetivos principais e acessórios	69
6.8.	Direitos subjetivos transmissíveis ou translativos e intransmissíveis.....	70
6.9.	Direitos subjetivos divisíveis e indivisíveis.....	70
6.10.	Direitos subjetivos condicional e a termo.....	70
6.11.	Direitos subjetivos adquirido e em formação.....	71
7.	Direitos facultativos, faculdades jurídicas, qualidades jurídicas, expectativas de direito, expectativas de fato, situações jurídicas e direito eventual	71
7.1.	Direitos facultativos e faculdades jurídicas	71
7.2.	Direitos potestativos. Distinção em relação aos direitos facultativos, faculdades jurídicas e direitos subjetivos de prestação	72
7.3.	Qualidades jurídicas	72
7.4.	Expectativas de direito e de fato.....	73
7.5.	Situação jurídica. Situação abstrata e situação concreta.....	73
7.6.	Direito eventual	73
8.	O problema da unificação do Direito Privado	74
9.	O Código Civil de 1916, a Lei de Introdução de 1942 e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	75
10.	O Código Civil.....	77
11.	Repercussões do Código de 2002 na área trabalhista.....	82
Capítulo II – FONTES DO DIREITO		83
1.	Fontes do direito	83
1.1.	Classificação tradicional ou separatista.....	84
1.2.	Classificação considerando o processo de produção do direito.....	85
1.3.	Classificação unitária.....	85
1.4.	Fontes autônomas de Direito Civil.....	86
1.4.1.	Fontes autônomas de Direito do Trabalho	86
1.4.1.1.	Convenções e acordos coletivos de trabalho	87
1.4.1.2.	Usos e costumes trabalhistas	88
1.4.1.3.	Regulamento de empresa.....	89
1.4.1.4.	Contrato coletivo de trabalho	89
1.5.	Fontes heterônomas	90
1.5.1.	Fontes heterônomas de Direito do Trabalho	90
1.5.1.1.	Leis e emendas constitucionais	91

1.5.1.2.	Tratados e convenções internacionais	94
1.5.1.3.	Leis ordinárias e decretos-leis.....	94
1.5.1.4.	Lei complementar.....	95
1.5.1.5.	Lei delegada	95
1.5.1.6.	Decreto legislativo.....	95
1.5.1.7.	Decretos, medidas provisórias, portarias, regulamentos, resoluções e instruções normativas.	96
1.5.1.8.	Sentença normativa. A exigência de comum acordo para o ajuizamento dos dissídios coletivos	97
Capítulo III – VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA NORMA JURÍDICA		101
1.	Vigência e revogação da lei	101
1.1.	<i>Vacatio legis</i> e o princípio da ultratividade das normas coletivas	103
2.	Aplicação da lei no tempo (direito intertemporal).....	104
2.1.	Teorias subjetivas e objetivas	105
2.2.	A solução adotada pela LINDB (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)	107
2.3.	Regras práticas sobre aplicação da lei no tempo.....	108
2.4.	Aplicação da lei trabalhista no tempo.....	109
3.	Aplicação da lei no espaço.....	114
3.1.	Direito Internacional Privado do Trabalho	115
3.1.1.	Trabalho prestado em marinha mercante, incluindo cruzeiros marítimos	120
4.	Interpretação da lei.....	126
4.1.	Noções gerais.....	126
4.2.	Interpretação quanto à origem. A jurisprudência como fonte de criação de normas trabalhistas. Ativismo judicial.....	126
4.3.	A interpretação quanto aos meios ou natureza	127
4.4.	Interpretação quanto aos resultados	129
4.5.	Quadro esquemático da interpretação da lei.....	130
4.6.	Interpretação da lei trabalhista	131
5.	Integração: lacunas de lei e meios de suprimento.....	133
5.1.	Analogia, costume e princípios gerais de direito	133
5.1.1.	Analogia	133
5.1.2.	Usos e Costume.....	134
5.1.3.	Princípios de direito e de Direito Civil.....	135
5.1.3.1.	Princípios de Direito do Trabalho	136

5.2.	Autointegração e heterointegração	141
5.3.	Jurisprudência, Direito comparado e equidade	141
Capítulo IV – RELAÇÃO JURÍDICA		143
1.	Relação jurídica: definição	143
2.	Elementos da relação jurídica	143
3.	Espécies de relação jurídica	145
Capítulo V – DAS PESSOAS.....		147
1.	Sujeitos do Direito (Pessoas).....	147
1.1.	Sujeitos da relação trabalhista.....	148
2.	Personalidade	149
2.1.	Conceito e aquisição.....	149
2.2.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	149
2.3.	Extinção da personalidade. Morte real, morte presumida e comoriência.....	149
2.3.1.	Morte presumida.....	150
2.3.2.	Comoriência	151
2.4.	Nascituro	151
2.5.	Direitos da personalidade.....	152
2.5.1.	A tutela dos direitos da personalidade no Direito do Trabalho.....	154
2.6.	Pessoa natural ou física.....	155
2.6.1.	Capacidade e espécies.....	155
2.6.2.	Emancipação e espécies	158
2.7.	Identificação da pessoa natural.....	159
2.7.1.	Nome.....	159
2.7.2.	Nacionalidade.....	160
2.7.3.	Naturalidade	161
2.7.4.	Filiação.....	161
2.7.5.	Estado civil da pessoa natural.....	162
3.	Pessoas jurídicas.....	162
3.1.	Conceito, requisitos e atributos.....	162
3.2.	Denominações, notícia histórica e natureza jurídica (teorias).....	163
3.3.	Teoria da Desconsideração da Personalidade Autônoma da Pessoa Jurídica.....	165
3.3.1.	A teoria da desconsideração nas relações de trabalho	170

3.4.	Capacidade e representação. Limitações da capacidade.....	170
3.5.	Classificação das pessoas jurídicas.....	171
3.5.1.	Pessoas jurídicas de direito público.....	171
3.5.1.1.	Entes colaborativos.....	173
3.5.1.2.	OIT e Mercosul.....	173
3.5.2.	Pessoas jurídicas de direito privado: corporações e instituições.....	175
3.5.2.1.	Sociedades.....	175
3.5.2.2.	Associações.....	176
3.5.2.3.	Fundações particulares.....	177
3.5.2.4.	Organizações religiosas.....	177
3.5.2.5.	Partidos políticos.....	178
3.5.2.6.	Empresa individual de responsabilidade limitada – Eireli.....	178
3.5.2.7.	As corporações e instituições nas relações trabalhistas.....	179
3.6.	Começo da existência legal das pessoas jurídicas e sua representação.....	179
3.7.	Sociedades de fato ou irregulares.....	181
3.8.	Fim da pessoa jurídica.....	181
3.9.	Entidades sem personalidade.....	182
Capítulo VI – DOMICÍLIO.....		183
1.	Conceito.....	183
1.1.	Domicílio da pessoa natural.....	183
1.2.	Residência da pessoa natural.....	183
1.3.	Importância da fixação do domicílio.....	184
1.4.	Mudança de domicílio.....	187
1.5.	Espécies de domicílio.....	187
2.	Domicílio das pessoas jurídicas.....	188
3.	O domicílio nas relações de trabalho.....	189
3.1.	Marinha mercante e cruzeiros marítimos.....	194
Capítulo VII – DOS BENS.....		201
1.	Noções gerais e conceito.....	201
2.	Patrimônio: o que o integra, conceito, unicidade, classificação, afetação, transferência e finalidade.....	202
3.	Classificação dos bens.....	203

3.1.	Dos bens considerados em si mesmos.....	203
3.1.1.	Materiais ou corpóreos e imateriais ou incorpóreos	203
3.1.2.	Imóveis e móveis.....	203
3.1.2.1.	Imóveis.....	203
3.1.2.2.	Móveis.....	204
3.1.3.	Bens fungíveis e infungíveis	205
3.1.4.	Bens divisíveis e indivisíveis	205
3.1.5.	Bens singulares e coletivos.....	206
3.1.6.	Bens consumíveis e inconsumíveis	206
3.2.	Dos bens reciprocamente considerados.....	206
3.2.1.	Principais e acessórios	206
3.2.1.1.	Frutos.....	207
3.2.1.2.	Produtos.....	208
3.2.1.3.	Melhoramentos e acrescidos. Benfeitorias e acessões.....	208
3.2.1.4.	Partes integrantes	210
3.2.1.5.	Pertenças.....	211
3.3.	Dos bens considerados conforme a titularidade (públicos e particu- lares).....	211
3.4.	Dos bens considerados conforme a possibilidade ou não, de sua co- mercialização.....	212
4.	Do bem de família.....	213
4.1.	Do bem de família voluntário	213
4.2.	Do bem de família legal.....	213
5.	Dos bens e seus efeitos nas relações de trabalho.....	214
Capítulo VIII – FATO JURÍDICO.....		217
1.	Noções gerais e conceito	217
2.	Classificação do fato jurídico (<i>lato sensu</i>).....	218
2.1.	Fato jurídico involuntário ou <i>stricto sensu</i>	218
2.1.1.	Espécies de fatos jurídicos involuntários.....	218
2.1.1.1.	Caso fortuito (fortuito natural)	219
2.1.1.2.	Força maior.....	220
2.1.1.3.	<i>Factum principis</i>	220
2.1.1.4.	Os fatos jurídicos involuntários nas relações trabalhistas	221
2.2.	Fato jurídico voluntário e modalidades	223

2.2.1.	Ato jurídico <i>lato sensu</i>	223
2.2.1.1.	Classificação dos atos jurídicos <i>lato sensu</i>	223
2.2.1.1.1.	Atos jurídicos e negócios jurídicos.....	224
2.2.1.1.2.	Atos e negócios jurídicos expressos e tácitos.....	225
2.2.1.1.3.	Atos e negócios jurídicos unilaterais, bilaterais e plurilaterais.....	225
2.2.1.1.4.	Atos e negócios jurídicos unilaterais unipessoais simples e pluripessoais ou colegiados.....	226
2.2.1.1.5.	Atos e negócios jurídicos formais e informais.....	226
2.2.1.1.6.	Atos e negócios jurídicos solenes e não solenes.....	226
2.2.1.1.7.	Atos e negócios jurídicos patrimoniais e extrapatrimoniais.....	227
2.2.1.1.8.	Atos e negócios jurídicos gratuitos, onerosos, neutros e bifrontes.....	227
2.2.1.1.9.	Atos e negócios jurídicos inter vivos e mortis causa.....	227
2.2.1.1.10.	Atos e negócios jurídicos públicos e privados.....	228
2.2.1.1.11.	Atos e negócios jurídicos receptícios e não receptícios.....	228
2.2.1.1.12.	Atos e negócios jurídicos materiais e participação.....	228
2.2.1.1.13.	Atos e negócios jurídicos principais, acessórios e derivados.....	229
2.2.1.1.14.	Atos e negócios jurídicos dispositivos e não dispositivos de direitos ...	229
2.2.1.1.15.	Atos e negócios jurídicos consensuais e reais.....	229
2.2.1.1.16.	Atos e negócios jurídicos constitutivos e declarativos.....	230
2.2.1.1.17.	Atos e negócios jurídicos de simples administração e de destinação ou afetação.....	230
2.2.1.1.18.	Atos e negócios jurídicos fiduciários e simulados.....	230
2.2.1.1.19.	Atos e negócios jurídicos simples e complexos.....	231

	2.2.1.1.20. Atos e negócios jurídicos coligados e mistos.....	231
	2.2.1.1.21. Atos e negócios jurídicos divisíveis e indivisíveis.....	231
	2.2.1.1.22. Atos e negócios jurídicos causais e abstratos.....	232
	2.2.1.1.23. Atos e negócios jurídicos potestativos e de prestação	232
	2.2.1.1.24. Atos-regra e atos-condição	232
	2.2.1.1.25. Atos e negócios a termo, condicionais e modais.....	232
	2.2.1.2. Interpretação do ato e do negócio jurídico.....	233
3.	A interpretação dos atos e negócios jurídicos no Direito do Trabalho	235
3.1.	Renúncia.....	238
3.2.	Transação	239
4.	Ato ilícito.....	239
5.	Atos excludentes de ilicitude.....	241
6.	Atos abusivos, emulativos e fraudatórios da lei.....	243
Capítulo IX – ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS: ELEMENTOS ESSENCIAIS, MODALIDADES E DEFEITOS		245
1.	Elementos essenciais	245
1.1.	Pressupostos de existência do ato e do negócio jurídico	245
1.2.	Condições de validade do ato e negócio jurídicos	247
2.	Modalidades do ato e negócio jurídicos: elementos acidentais.....	250
2.1.	Termo.....	251
2.1.1.	Espécies de termo.....	251
2.2.	Condição	251
2.2.1.	Classificação das condições	252
2.2.1.1.	Condições suspensivas.....	252
2.2.1.2.	Condições resolutivas	253
2.2.1.3.	Condições casuais	254
2.2.1.4.	Condições potestativas.....	254
2.2.1.5.	Condições mistas.....	254
2.2.1.6.	Condições física ou juridicamente impossíveis .	254
2.2.1.7.	Condições captatórias.....	254
2.2.1.8.	Condições obstativas.....	255
2.2.1.9.	Subordinação simultânea do ato a termo e condição	255

2.3. Modo ou encargo	255
3. Ineficácia do ato jurídico.....	257
4. Atos e negócios nulos e anuláveis	258
4.1. Atos e negócios nulos.....	258
4.2. Atos e negócios anuláveis	259
5. Defeitos do ato jurídico	260
5.1. Vícios da vontade: erro, dolo, coação, estado de perigo e lesão.....	260
5.1.1. Erro	260
5.1.2. Dolo	262
5.1.3. Coação	263
5.1.4. Estado de perigo.....	264
5.1.5. Lesão.....	265
5.2. Vício social.....	266
6. Reserva mental, pressuposição, abuso do direito e fraude à lei.....	268
7. Efeitos das nulidades nas relações de trabalho	270
Capítulo X – FORMA, PROVA, REPRESENTAÇÃO DOS ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS E CÔMPUTO DO PRAZO CIVIL.....	273
1. Noções gerais.....	273
2. Forma <i>ad solemnitatem</i> e <i>ad probationem tantum</i>	274
3. Prova civil	274
4. Forma e prova no Direito do Trabalho.....	276
5. Da prova ilícita.....	277
6. Da representação.....	278
7. Prazo civil	279
Capítulo XI – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO CÓDIGO CIVIL E SUA REPERCUSSÃO NO DIREITO DO TRABALHO	281
1. Noções gerais.....	281
2. Prescrição e decadência: distinção pela natureza do direito e hipóteses	281
3. Prescrição e decadência: distinção baseada em outros aspectos	283
4. A natureza do prazo bienal pós-extinção do contrato de emprego.....	284
5. Distinção quanto a outras figuras.....	284
5.1. Preempção.....	284
5.2. Preclusão.....	285
5.3. Perempção.....	285
6. Prescrição, compensação e reconvenção	286

7.	Prescrição: modalidades e normas gerais.....	286
8.	Prescrição de direitos patrimoniais e extrapatrimoniais	287
9.	Direitos perpétuos e interesses imprescritíveis	288
10.	Prescrição: causas impeditentes, suspensivas e interruptivas. A regra contra <i>non valentem</i>	288
11.	Da renúncia à prescrição e decadência.....	291
12.	Legitimação para a interrupção	292
13.	Prazos gerais de prescrição e prazos de decadência no Direito Civil	292
14.	Prazos gerais de prescrição no Direito do Trabalho.....	292
15.	Prescrição e arguição de ofício em sede trabalhista	293
16.	Prescrição dos danos extrapatrimoniais e regras de transição	294
Capítulo XII – OBRIGAÇÕES: NOÇÕES GERAIS.....		297
1.	Introdução	297
2.	Denominação e conceito.....	298
3.	Abrangência e relação com outras disciplinas	299
4.	Características	299
5.	Notícia histórica.....	300
6.	Fontes das obrigações.....	300
7.	Princípios de Direito das Obrigações.....	302
8.	Estrutura das obrigações (elementos constitutivos da relação obrigacional ou de crédito).....	302
8.1.	Os sujeitos	304
8.1.1.	Credor e devedor	304
8.1.2.	Terceiros.....	305
8.2.	Fato jurídico	305
8.3.	O objeto.....	306
8.3.1.	Requisitos da prestação (que constitui o objeto imediato da obrigação)	306
8.3.1.1.	Possibilidade e licitude. Espécies de impossibilidade da prestação	306
8.3.1.2.	Determinação da prestação	307
8.3.1.3.	Economicidade da prestação	308
8.4.	A garantia.....	308
8.4.1.	Espécies de garantia	309
8.4.2.	Direito de retenção e exceção de inadimplemento como garantia	310

8.5.	A causa.....	311
9.	Classificação das obrigações.....	311
9.1.	Reciprocamente consideradas.....	313
9.2.	Consideradas quanto à origem.....	313
9.3.	Consideradas quanto à portabilidade: obrigações fixas e ambulatórias.....	313
9.4.	Consideradas quanto à natureza do vínculo.....	313
9.5.	Consideradas quanto à complexidade do vínculo obrigacional: simples e complexas.....	314
9.5.1.	Obrigações subjetivamente compostas.....	314
9.5.2.	Obrigações objetivamente compostas.....	315
9.5.3.	Obrigações mistas.....	315
9.6.	Consideradas quanto à exigibilidade jurídica ou poder de coerção da prestação.....	315
9.7.	Consideradas quanto à presença de elementos acidentais.....	315
9.8.	Quanto à multiplicidade de sujeitos: divisíveis e indivisíveis, solidárias e não solidárias e subsidiárias.....	316
9.9.	Considerada a multiplicidade de objetos ou modo de execução.....	317
9.10.	Considerado o tipo de prestação.....	317
9.11.	Considerado o comportamento em relação ao objeto imediato.....	317
9.12.	Quanto ao grau de especificidade: genéricas e específicas.....	318
9.13.	Consideradas quanto à natureza da prestação: de fato e de coisa.....	318
9.14.	Considerada a possibilidade de substituição da prestação: facultativas e não facultativas, fungíveis e infungíveis.....	319
9.15.	Consideradas quanto ao tempo de cumprimento: instantâneas, continuadas e diferidas.....	319
9.16.	Consideradas quanto à liquidez do objeto: líquidas e ilíquidas.....	320
9.17.	Considerada a finalidade ou garantia da prestação: obrigações de meio e de resultado.....	320
9.18.	Considerada a natureza pecuniária ou valorativa da prestação: obrigações em dinheiro e de valor.....	321
Capítulo XIII – OBRIGAÇÕES DE DAR E DE RESTITUIR.....		323
1.	Introdução.....	323
2.	Obrigações de dar coisa certa.....	324
2.1.	Normas que caracterizam as obrigações de dar coisa certa.....	324
2.2.	Efeitos do descumprimento.....	326
2.2.1.	Sem culpa do devedor.....	326

2.2.2. Por culpa do devedor	327
3. Obrigações de dar coisa incerta (ou genérica)	327
3.1. Requisitos mínimos de indicação da coisa	327
3.2. A regra da especialização (especificação ou concentração)	328
3.3. Efeitos da perda ou deterioração antes da escolha	328
4. Obrigações de restituir	329
4.1. Efeitos do descumprimento	329
5. Quadro ilustrativo	331
Capítulo XIV – OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER	333
1. Obrigações de fazer (ou prestações de fato positivo)	333
1.1. Conceito e espécies	333
1.2. Efeitos do descumprimento das obrigações de fazer	334
2. Obrigações de não fazer	334
Capítulo XV – OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS E FACULTATIVAS	339
1. Obrigações alternativas	339
1.1. Noções gerais e conceito	339
1.2. Direito de escolha e concentração nas obrigações alternativas	340
1.3. Indivisibilidade da escolha. Prestações anuais e <i>jus variandi</i>	340
1.4. Da impossibilidade de cumprimento das obrigações alternativas	341
1.5. Obrigações facultativas	341
1.5.1. Distinção entre facultativas e alternativas	342
1.5.2. Da impossibilidade de cumprimento das obrigações facultativas	342
1.5.3. Obrigações alternativas e facultativas nas relações de trabalho	343
Capítulo XVI – OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS	345
1. Obrigações divisíveis	345
2. Obrigações indivisíveis	346
2.1. Da possibilidade ou não de fracionamento segundo a espécie de obrigação	347
2.2. Espécies de indivisibilidade	347
2.3. Efeitos da indivisibilidade	348
Capítulo XVII – OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS E SUBSIDIÁRIAS	351
1. Noções gerais e conceito	351

1.1.	Características	351
1.2.	Natureza jurídica	352
1.3.	Distinções entre as obrigações solidárias e indivisíveis.....	352
1.4.	Modalidades: ativa, passiva, principal ou própria e subsidiária ou im- própria.....	353
1.5.	Solidariedade ativa.....	354
1.6.	Solidariedade passiva.....	354
Capítulo XVIII – OBRIGAÇÕES LÍQUIDAS E ILÍQUIDAS.....		359
1.	Noções gerais e conceito	359
1.1.	Modalidades de liquidação.....	360
Capítulo XIX – OBRIGAÇÃO NATURAL.....		363
1.	Conceito	363
2.	Compensação de crédito prescrito: possibilidade?	363
Capítulo XX – TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES.....		365
1.	Modos de transmissão.....	365
2.	Cessão de crédito.....	365
2.1.	Conceito, natureza jurídica, e características	365
2.2.	Extensão e limites da transmissão	366
2.3.	Classificação.....	367
2.4.	Eficácia.....	367
2.5.	Defesa do direito.....	368
2.6.	Validade	368
2.7.	Cessão, pagamento com sub-rogação e novação	368
3.	Assunção de dívida.....	369
3.1.	Classificação.....	369
3.2.	Consentimento.....	370
3.3.	Efeitos	370
3.4.	Assunção de dívida, novação e sub-rogação.....	370
4.	Cessão de contrato.....	371
4.1.	Natureza jurídica	371
4.2.	Contrato base e contrato de cessão.....	372
4.3.	Normas aplicáveis.....	372
4.4.	Cessão de contrato e novação	372
5.	A transmissão das obrigações nas relações de trabalho: sucessão.....	372

5.1.	Classificação.....	372
5.2.	Natureza jurídica da sucessão	373
5.3.	Requisitos da sucessão.....	374
Capítulo XXI – DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES POR MEIO DO PAGAMENTO		377
1.	Noções gerais.....	377
2.	Do pagamento direto	378
3.	Princípios aplicáveis ao pagamento direto.....	379
4.	Objeto do pagamento	379
4.1.	O objeto do pagamento nas relações de trabalho.....	381
5.	Elementos ou requisitos do pagamento direto	381
5.1.	Elementos Subjetivos.....	381
5.1.1.	Quem deve pagar	381
5.1.2.	Efeitos do pagamento feito por terceiro	382
5.1.3.	Destinatários do pagamento (a quem se deve pagar)	383
5.2.	Elementos objetivos	384
5.2.1.	Forma do pagamento.....	384
5.2.2.	Prova do pagamento	385
5.2.3.	Lugar do pagamento	386
5.2.4.	Tempo do pagamento.....	387
5.2.5.	Modo do pagamento.....	387
6.	Do pagamento indevido.....	388
7.	Do pagamento do salário, férias, gratificação natalina e parcelas rescisórias do empregado	388
Capítulo XXII – EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES POR MEIO DOS PAGAMENTOS ESPECIAIS: PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO, PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO, IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO E DAÇÃO EM PAGAMENTO		393
1.	Noções gerais.....	393
2.	Do pagamento em consignação (Consignação em pagamento).....	393
2.1.	A consignação nas relações de trabalho.....	395
3.	Do pagamento com sub-rogação	396
3.1.	Pagamento com sub-rogação legal	397
3.1.1.	Sub-rogação legal nas relações de trabalho.....	398
3.2.	Pagamento com sub-rogação convencional	398
3.3.	Efeitos do pagamento com sub-rogação	398
3.4.	Pagamento com sub-rogação, cessão de crédito, dação em pagamento e novação: distinção.....	399

3.5.	Outros casos de sub-rogação	400
4.	Da imputação do pagamento	400
4.1.	Requisitos	400
4.2.	Espécies	401
4.2.1.	Imputação legal	401
4.2.1.	Imputação convencional	401
4.3.	Imputação e compensação	401
4.4.	Critérios para imputação	402
4.5.	Efeitos	402
5.	Da dação em pagamento.....	402
5.1.	Requisitos da dação	403
5.2.	Natureza jurídica	403
5.3.	Diferenças entre dação, novação e sub-rogação	404
5.4.	Efeitos da dação	404
5.5.	A dação em sede trabalhista.....	404
Capítulo XXIII – DA CESSAÇÃO DO VÍNCULO OBRIGACIONAL POR MEIO DE SOLUÇÃO DA DÍVIDA DISTINTA (OU SUBSTITUTIVA) DO PAGAMENTO.....		405
1.	Noções gerais.....	405
2.	Da novação.....	406
2.1.	Requisitos da novação	406
2.2.	Espécies de novação	407
2.3.	Novação subjetiva.....	407
2.4.	Novação objetiva.....	408
2.5.	Efeitos da novação	409
3.	Da compensação	410
3.1.	Requisitos	410
3.2.	Reciprocidade dos débitos: elemento subjetivo	410
3.3.	Liquidez, fungibilidade e exigibilidade: elementos objetivos	410
3.4.	Espécies.....	411
3.5.	Compensações múltiplas e imputação.....	411
3.6.	Compensação e pagamento: distinção	411
3.7.	Compensação, prescrição e reconvenção.....	411
3.8.	Compensação nas relações de trabalho	412
4.	Da confusão	412
4.1.	Espécies.....	413
4.2.	Efeitos	413

4.3.	Confusões subjetiva e objetiva	413
4.4.	Confusão nas relações de trabalho	413
5.	Da remissão	413
5.1.	Efeitos e limites	414
Capítulo XXIV – DA CESSAÇÃO DO VÍNCULO OBRIGACIONAL POR CAUSAS DISTINTAS DO PAGAMENTO DIRETO, DOS PAGAMENTOS ESPECIAIS E DAS SOLUÇÕES SUBSTITUTIVAS DO PAGAMENTO.....		415
1.	Dos demais casos de extinção da obrigação	415
1.1.	Extinção da obrigação por prescrição e decadência	416
1.2.	Extinção da obrigação por impossibilidade de cumprimento, sem culpa do devedor	417
1.3.	Extinção da obrigação pelo falecimento do devedor de obrigação de fazer personalíssima.....	419
1.4.	Extinção da obrigação pelo advento do termo extintivo ou da condição resolutiva.....	419
1.5.	Extinção da obrigação por nulidade ou anulação da obrigação	420
Capítulo XXV – DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES (INEXECUÇÃO CULPOSA)		423
1.	A regra da pontualidade (modo de cumprimento da prestação)	423
2.	A inexecução da obrigação e seus efeitos	424
3.	Mora.....	424
3.1.	Pressupostos da mora	425
3.2.	Constituição em mora	425
3.3.	Espécies de mora.....	426
3.4.	Purga da mora	427
3.5.	Efeitos da mora	427
4.	Cumprimento imperfeito, adimplemento substancial, adimplemento insatisfatório e inadimplemento insignificante	428
5.	Inadimplemento	429
5.1.	Efeitos do inadimplemento.....	429
5.1.1.	Inadimplemento antecipado.....	430
6.	Perdas e danos	431
Capítulo XXVI – CLÁUSULA PENAL, JUROS E ARRAS. DISTINÇÃO ENTRE CLÁUSULA PENAL, <i>ASTREINTES</i>, INDENIZAÇÃO NÃO CONVENCIONAL E MULTA		433
1.	Cláusula penal	433
1.1.	Conceito e distinção	433
1.2.	Natureza jurídica da cláusula penal.....	434

1.3.	Fixação da cláusula penal.....	434
1.4.	Valor da cominação da pena convencional.....	434
1.5.	Modalidades de cláusula penal.....	435
1.6.	Incidência de pleno direito, desnecessidade de prova e indenização suplementar	435
1.7.	Estipulação da cláusula penal nos casos de inadimplemento e mora...	435
1.8.	Incidência da cláusula penal	435
1.9.	Efeitos da nulidade e resolução.....	436
1.10.	Redução: possibilidade.....	436
1.11.	Cláusula penal e pluralidade de devedores: obrigações indivisíveis e divisíveis	437
1.12.	Da renúncia.....	437
2.	Dos juros legais.....	437
2.1.	Espécies.....	437
2.2.	Incidência.....	438
2.2.1.	Taxa aplicável.....	438
2.2.2.	Incidência simples e composta: capitalização dos juros.....	439
3.	Arras ou sinal.....	439
3.1.	Natureza jurídica	439
3.2.	Espécies.....	440
3.3.	Função das arras.....	440
3.4.	Efeitos da inexecução do contrato.....	440
	Capítulo XXVII – PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS	441
1.	Conceito e aplicação	441
2.	Espécies e distribuição das preferências	442
3.	Disposições comuns aos créditos reais e privilegiados.....	443
4.	Privilégios gerais e especiais: abrangência	443
5.	Privilégios especiais	443
6.	Privilégios gerais	444
7.	Quadro-geral de credores e ordem preferencial	444
8.	Crédito trabalhista	446
	Capítulo XXVIII – TEORIA GERAL DOS CONTRATOS	449
1.	Noções gerais e conceito	449
2.	Conceito	450
3.	Noção de parte.....	450

3.	Histórico.....	450
4.	Natureza jurídica	451
5.	Características	451
6.	Função social do contrato e o novo Código Civil	452
7.	Princípios que governam os contratos.....	453
8.	Cláusulas gerais do contrato	457
9.	Cláusulas mínimas do contrato	458
10.	Interpretação do contrato	458
	10.1. Tipos de interpretação contratual.....	459
	10.1.1. Regras de interpretação subjetiva ou declaratória	459
	10.1.2. Regras de interpretação objetiva	460
	10.1.3. Regras de interpretação construtiva ou integrativa.....	461
	10.1.4. Princípios de interpretação contratual	462
	10.1.5. Princípios de interpretação do contrato de trabalho.....	462
11.	Elementos do contrato.....	463
	11.1. Elementos essenciais.....	463
	11.1.1. Pressupostos de existência do contrato.....	463
	11.1.2. Requisitos de validade do contrato	464
	11.2. Elementos acidentais do contrato.....	464
12.	Classificação dos contratos	465
	12.1. Quanto à forma de contratação: expressos e tácitos	466
	12.2. Quanto aos direitos e deveres das partes: unilaterais, bilaterais e plurilaterais.....	467
	12.3. Quanto aos riscos da prestação: comutativos e aleatórios	467
	12.3.1. Contratos aleatórios.....	468
	12.4. Quanto ao sacrifício patrimonial: onerosos e gratuitos	469
	12.5. Quanto ao momento do aperfeiçoamento: consensuais e reais.....	469
	12.6. Quanto à presença de formalidades na contratação	470
	12.7. Quanto ao poder de negociação do conteúdo: paritários ou negociados e de adesão.....	470
	12.8. Quanto ao momento de cumprimento: instantâneos, diferidos e de execução continuada ou de trato sucessivo.....	470
	12.9. Quanto à pessoa que irá cumprir: impessoais e intuitu personae.....	471
	12.10. Quanto à autonomia do contrato: principais, acessórios e derivados ...	471
	12.11. Quanto à definitividade da contratação: preliminares e definitivos	471
	12.12. Quanto à individualidade ou agrupamento: individuais e coletivos.....	472
	12.13. Quanto à designação ou previsão legal: nominados e inominados e típicos e atípicos.....	472

12.14. Quanto à independência contratual: simples, coligados ou conexos e mistos.....	473
12.15. Quanto à existência de parte contrária: com outrem e consigo mesmo ou autocontrato.....	473
12.16. Quanto à ativação ou exigência de certo resultado: de atividade, de meio e de resultado.....	474
12.17. Quanto à obrigatoriedade da pactuação: coativos e necessários.....	474
12.18. Quanto à eficácia: a termo, modo e condição.....	474
12.19. Quanto à licitude: lícitos, ilícitos e proibidos.....	475
13. O consentimento e a sua manifestação na formação dos contratos.....	476
14. Formação do contrato.....	477
14.1. Introdução.....	477
14.2. Negociações preliminares.....	477
14.3. Fase de proposição, oferta ou solicitação (policitação).....	478
14.3.1. Tipos e efeitos da proposta.....	478
14.3.2. Exceções à força vinculante da proposta.....	479
14.3.3. Oferta ao público.....	480
14.3.4. Natureza e características da proposta.....	480
14.4. Fase de aceitação ou oblação.....	480
14.4.1. Efeitos da aceitação entre pessoas presentes na proposta feita sem prazo.....	480
14.4.2. Exceções ao aperfeiçoamento do contrato a partir da expedição da aceitação (ou seja, à força vinculante da aceitação).....	481
14.4.3. Recusa da aceitação.....	481
14.4.4. Aceitação tardia por circunstância imprevista.....	482
14.4.5. Aceitação tácita.....	482
14.4.6. Momento da formação nos contratos eletrônicos.....	482
14.4.7. Direito de arrependimento no CDC.....	482
14.5. Fase de contratação preliminar ou de pré-contrato e contrato definitivo.....	483
15. Lugar e prova do contrato.....	484
16. Efeitos do contrato.....	484
16.1. Efeitos gerais.....	484
16.2. Efeitos do contrato em relação às partes.....	485
16.3. Efeitos do contrato em relação a terceiros.....	485
16.3.1. Da estipulação em favor de terceiro.....	486
16.3.2. Da promessa de fato de terceiro.....	486

16.3.3.	Efeitos em relação a terceiros no contrato com pessoa a declarar.....	488
16.3.4.	Efeitos do contrato em relação a terceiros na responsabilidade objetiva	489
16.3.5.	Efeitos em relação a terceiros no direito de preferência legal	489
16.3.6.	Efeitos em relação a terceiros na evicção.....	490
16.3.7.	Efeitos em relação a terceiros no descumprimento da função social externa do contrato	490
16.4.	Efeitos específicos dos contratos bilaterais	490
16.4.1.	Direito de retenção	490
16.4.2.	Exceção de contrato não cumprido.....	491
17.	Vícios contratuais.....	491
17.1.	Os vícios contratuais numa visão geral: hipóteses de ocorrência e proteção nas transferências de domínio.....	492
17.2.	Incapacidades relativas, vícios do consentimento e vícios sociais	492
17.3.	Incapacidades absolutas, ilicitude, indeterminação ou impossibilidade do objeto e inobservância da forma prescrita em lei	493
17.4.	Cláusulas contrárias à lei, aos bons costumes e à função social do contrato	493
17.5.	Evicção	493
17.6.	Vício redibitório e vício aparente	494
17.6.1.	Prazos no CDC.....	496
17.7.	Onerosidade excessiva.....	497
18.	Terminação do contrato	498
18.1.	Da resolução por onerosidade excessiva.....	502
18.1.1.	A Revisão no Direito do Trabalho.....	504
	Capítulo XXIX – DOS CONTRATOS CIVIS EM ESPÉCIE	505
1.	Contrato de compra e venda	505
1.1.	Características	505
1.2.	Natureza jurídica	505
1.3.	Elementos essenciais. Compra e venda pura e condicional.....	506
1.3.1.	Coisa: bens objeto de compra e venda	506
1.3.1.1.	Requisitos da coisa objeto da compra e venda e efeitos	506
1.3.2.	Preço	507
1.3.3.	Consentimento.....	508

1.4.	Efeitos principais do contrato de compra e venda.....	508
1.5.	Efeitos secundários do contrato (cláusulas implícitas)	508
1.6.	Questões relacionadas à tradição.....	508
1.7.	Limitação à compra e venda.....	509
1.8.	Vendas especiais: venda <i>ad corpus</i> e <i>ad mensuram</i>	509
1.9.	Cláusulas especiais da compra e venda.....	510
1.9.1.	Retrovenda.....	510
1.9.1.1.	Efeitos.....	511
1.9.2.	Direito de preempção ou preferência.....	511
1.9.2.1.	Direitos de preferência legal e convencional.....	511
1.9.2.2.	Direito de preferência convencional.....	511
1.9.2.3.	Preferência e retrovenda: distinção	512
1.9.3.	Venda <i>a contento</i> ou venda <i>ad gustum</i>	513
1.9.4.	Venda sujeita à prova.....	513
1.9.5.	Venda sobre documentos.....	514
1.9.6.	Pacto de melhor comprador	514
1.9.7.	Pacto comissório.....	515
1.9.8.	Venda com reserva de domínio.....	515
1.9.9.	Cláusula solve et repete	515
1.9.10.	Compra e venda e contrato de emprego.....	516
2.	Contrato de troca ou permuta.....	516
2.1.	Distinção em relação a outros contratos.....	516
2.2.	Variabilidade das prestações.....	517
2.3.	Características	517
2.4.	Natureza jurídica	517
2.5.	Regra geral e aspectos especiais.....	517
3.	Contrato estimatório (venda por consignação).....	517
4.	Contrato de doação	518
4.1.	Espécies de doação	518
4.2.	Doações vedadas por lei.....	519
4.3.	Características do contrato.....	519
4.4.	Distinção quanto a outros contratos	520
4.5.	Regras especiais da doação.....	520
4.6.	Revogação da doação.....	521
4.7.	Doação e contrato de trabalho	522
5.	Contrato de locação de coisas.....	522

5.1.	Características do contrato.....	522
5.2.	Obrigações das partes.....	522
5.3.	Efeitos	523
5.4.	Locação de prédio urbano (normas gerais).....	524
5.4.1.	Obrigações das partes	524
5.4.2.	Término do prazo e efeitos	526
5.4.3.	Devolução e retomada.....	526
5.4.4.	Morte de uma das partes, extinção da união estável ou da sociedade conjugal e efeitos.....	527
5.4.5.	Preferência na aquisição	527
5.4.6.	Garantias locatícias.....	528
5.4.7.	Revisão do aluguel e limite nas sublocações.....	528
5.5.	Locação residencial	529
5.6.	Locação por temporada	530
5.7.	Locação não residencial	530
5.8.	Locação e contrato de trabalho	533
6.	Contratos de empréstimo	533
6.1.	Contrato de comodato.....	534
6.1.1.	Características.....	534
6.1.2.	Prazo	534
6.1.3.	Obrigações do comodatário	534
6.1.4.	Extinção.....	535
6.1.5.	Comodato e contrato de trabalho	535
6.2.	Mútuo.....	535
6.2.1.	Espécies de mútuo.....	535
6.2.2.	Características.....	535
6.2.3.	Prazo	536
6.2.4.	Obrigações do mutuário.....	536
6.2.5.	Extinção.....	537
6.2.6.	Mútuo e contrato de trabalho	537
7.	Do imóvel ocupado pelo empregado.....	537
8.	Contratos de atividade	538
8.1.	A clientela da Justiça do Trabalho: distinção necessária entre trabalho eventual, autônomo, avulso, voluntário, por empreitada, temporário, cooperativado e para fins de estágio	540
8.2.	A questão da proteção dos trabalhadores autônomos e parassubordinados	542

8.3.	Contrato de prestação de serviços	543
8.3.1.	Prestação pessoal de serviços e prestação empresarial	544
8.3.2.	Características.....	544
8.3.3.	Retribuição	545
8.3.4.	Duração do contrato.....	546
8.3.5.	Aviso prévio e terminação do contrato.....	546
8.3.6.	Prestação de serviços e contrato de trabalho.....	546
8.4.	Contrato de empreitada.....	547
8.4.1.	Espécies de empreitada	547
8.4.2.	Características do contrato	548
8.4.3.	Obrigações das partes	548
8.4.4.	Responsabilidade das partes.....	548
8.4.5.	Preço e alterações.....	549
8.4.6.	Suspensão da obra e terminação do contrato	550
8.4.7.	Empreitada e contrato de trabalho.....	550
8.5.	Contrato de Mandato.....	550
8.5.1.	Distinção quanto a outras figuras	551
8.5.2.	Características.....	551
8.5.3.	Requisitos.....	552
8.5.4.	Classificação	552
8.5.5.	Efeitos.....	553
8.5.6.	Obrigações das partes	554
8.5.7.	Obrigações do mandante junto a terceiros	554
8.5.8.	Extinção.....	555
8.5.9.	Procuração em causa própria.....	555
8.5.10.	Mandato e contrato de trabalho.....	556
8.6.	Contrato de comissão.....	556
8.6.1.	Características.....	557
8.6.2.	Distinção em relação a outros contratos	557
8.6.3.	Tipos de comissão.....	558
8.6.4.	Obrigações do comissário.....	558
8.6.5.	Retribuição	558
8.6.6.	Prazos de pagamento.....	559
8.6.7.	Responsabilidade do comissário	559
8.6.8.	Extinção do contrato	559
8.6.9.	Aplicação subsidiária das regras do mandato	560

8.6.10.	Contrato de comissão e contrato de trabalho	560
8.6.11.	A cláusula star del credere e o contrato de trabalho	560
8.7.	Contratos de agência, de representação comercial e de distribuição ou concessão.....	560
8.7.1.	Contrato de agência.....	560
8.7.1.1.	Características do contrato.....	561
8.7.1.2.	Prazo	561
8.7.1.3.	Distinção em relação a outros contratos.....	561
8.7.1.4.	Normatividade e alcance do contrato	561
8.7.1.5.	Terminação do contrato.....	562
8.7.2.	Contrato de representação comercial	563
8.7.2.1.	Contrato de agência ou representação e contrato de emprego.....	565
8.7.3.	Contrato de distribuição ou concessão.....	565
8.7.3.1.	Distribuição e contrato de emprego	566
8.8.	Contrato de corretagem.....	566
8.8.1.	Conceito e características	566
8.8.2.	Distinção quanto a outros contratos.....	567
8.8.3.	Obrigações e outras peculiaridades inerentes ao contrato.	568
8.8.4.	Corretagem de seguros e contrato de trabalho	569
9.	Depósito.....	571
9.1.	Espécies.....	571
9.2.	Depósito, comodato, mútuo e sequestro	571
9.3.	Características	571
9.4.	Direitos do depositário	572
9.5.	Depósito necessário.....	572
9.6.	Depósito voluntário.....	572
9.7.	Depósito no Direito do Trabalho	573
10.	Contrato de transporte.....	573
10.1.	Transporte de pessoas	574
10.2.	Do transporte de coisas.....	575
10.3.	Contrato de Transporte e Direito do Trabalho.....	576
10.4.	Horas in itinere	577
10.5.	Vale-transporte	577
11.	Contrato de seguro.....	577
11.1.	Seguro e Direito Trabalho	579
12.	Do contrato de constituição de renda.....	579

13.	Do jogo e da aposta.....	580
13.1.	Jogo e aposta e o Direito do Trabalho	580
14.	Contrato de fiança.....	581
14.1.	Características	581
14.2.	Fiança e aval	581
14.3.	Espécies.....	582
14.4.	Requisitos	582
14.5.	Efeitos	582
14.6.	Exclusão do benefício de ordem.....	583
14.7.	Extinção	583
15.	Da transação	584
15.1.	Conceito	584
15.2.	Natureza jurídica	584
15.3.	Requisitos	584
15.4.	Interpretação e efeitos.....	584
15.5.	Espécies e forma.....	585
15.6.	Transação e Direito do Trabalho	585
16.	Do compromisso	586
16.1.	Compromisso e Direito do Trabalho	587

Capítulo XXX – CONTRATOS DE TRABALHO REGIDOS PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA OU AFIM **589**

1.	Contrato individual de trabalho (contrato de emprego)	589
1.1.	Conceito e (in)disponibilidade de direitos	589
1.2.	Objeto do contrato.....	590
1.3.	Características do contrato.....	590
1.4.	Classificação dos contratos de emprego	592
1.4.1.	Contratos expressos e tácitos.....	592
1.4.2.	Contratos individuais e plúrimos	592
1.4.3.	Contratos de execução no estabelecimento patronal, na residência do empregado e externo ou em estabelecimento de terceiro.....	593
1.4.4.	Contratos por tempo indeterminado, por prazo determinado (a termo certo) e por prazo determinável (a termo incerto ou sob condição). Contrato verde e amarelo.....	593
1.4.4.1.	Contrato de trabalho intermitente	597
1.4.4.2.	Contrato de obra certa	597
1.4.5.	Contratos de safra e rural de pequeno prazo	597

1.4.6.	Outros contratos por prazo determinado.....	597
1.4.6.1.	Contrato por prazo determinado de aprendiz....	598
1.4.7.	Contratos de trabalho por tempo integral e por tempo parcial.....	598
1.4.8.	Contratos de trabalho contínuos e intermitentes	598
1.4.9.	Contratos de trabalho manuais, intelectuais, técnicos e artísticos	600
1.4.10.	Contratos de trabalho gerais e especiais.....	600
1.5.	Partes do contrato de emprego. Empregados de confiança. Grupo econômico.....	600
1.6.	Estabilidade e garantia de emprego.....	602
1.7.	Validade do contrato	603
1.8.	Formação, suspensão, interrupção e alteração do contrato de emprego	604
1.9.	Obrigações das partes.....	605
1.10.	Remuneração e salário. Adicionais e indenizações	605
1.11.	Horário de trabalho, descanso e horas extras	609
1.12.	Da terminação do contrato	610
2.	Contratos especiais de trabalho	611
2.1.	Advogados	611
2.2.	Médicos, dentistas, auxiliares e radiologistas.....	612
2.3.	Engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários.....	612
2.4.	Músicos.....	613
2.5.	Artistas.....	613
2.6.	Petroleiros.....	614
2.7.	Aletas profissionais e em formação	615
2.8.	Bancários.....	623
2.9.	Contrato de trabalho temporário da Lei nº 6.019/1974.....	625
2.10.	Contrato de trabalho avulso	627
2.10.1.	Trabalhadores avulsos portuários.....	627
2.10.2.	Trabalhadores avulsos não portuários.....	629
2.11.	Marítimos	630
3.	Outros contratos	635
3.1.	Contrato de estágio.....	635
3.2.	Contrato de trabalho voluntário	637
Capítulo XXXI – OBRIGAÇÕES EXTRA CONTRATUAIS – ATOS UNILATERAIS		639
1.	Noções gerais.....	639

2.	Promessa de recompensa.....	639
2.1.	Concursos de mérito e promocionais	640
3.	Gestão de negócios	640
3.1.	Gestão de negócios e mandato	641
3.2.	Natureza jurídica	641
3.3.	Efeitos	641
4.	Pagamento indevido	643
4.1.	Pagamento indevido e enriquecimento sem causa.....	643
4.2.	Natureza jurídica	644
4.3.	Elementos constitutivos do pagamento indevido	644
4.4.	Efeitos do pagamento indevido, cabendo repetição do indébito	644
4.5.	Casos em que não cabe restituição	645
4.6.	Pagamento indevido nas relações de trabalho.....	645
5.	Enriquecimento sem causa.....	646
5.1.	Efeitos	646
6.	Títulos de crédito.....	647
6.1.	Conceito	647
6.2.	Natureza jurídica	647
6.3.	Princípios informativos do regime jurídico-cambial dos títulos de crédito	647
6.4.	Requisitos	647
6.5.	Classificação	648
6.6.	Títulos ao portador	649
6.7.	Títulos à ordem.....	649
6.7.1.	Endosso e cessão civil	651
6.8.	Títulos nominativos.....	651
6.9.	Saque.....	652
6.10.	Aceite.....	652
6.11.	Garantia por aval	652
6.12.	Convenção de Genebra.....	652
6.13.	Nota promissória	653
6.14.	Cheque	653
6.15.	Letra de câmbio	653
6.16.	Duplicata.....	653
6.17.	Debêntures	654
6.18.	Outros títulos	654

Capítulo XXXII – TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	655
1. Notícia histórica.....	655
2. Conceito de responsabilidade civil.....	659
3. Obrigação e responsabilidade: distinção. Em outras palavras, a natureza jurídica da responsabilidade.....	660
4. Funções da responsabilidade civil.....	661
5. Classificação (espécies ou tipos de responsabilidade).....	662
5.1. Responsabilidade quanto ao fundamento: noções gerais.....	663
5.1.1. Responsabilidade subjetiva.....	665
5.1.2. Responsabilidade objetiva.....	667
5.1.3. Responsabilidade preventiva.....	669
5.2. Responsabilidade quanto ao ônus da prova: com presunção de culpa e sem presunção de culpa.....	670
5.3. Responsabilidade quanto ao agente causador: direta ou por ato próprio e indireta ou por ato ou fato de outrem ou da coisa ou reflexa.....	671
5.3.1. Responsabilidade direta ou por ato próprio.....	671
5.3.2. Responsabilidade por ato ou fato de outrem ou da coisa e reflexa.....	672
5.4. Responsabilidade solidária e subsidiária.....	672
5.5. Responsabilidade por ação e responsabilidade por omissão.....	672
5.6. Responsabilidade contratual e extracontratual.....	673
5.7. Responsabilidade civil e criminal.....	673
5.8. Responsabilidade quanto aos efeitos: por danos patrimonial e extra-patrimonial.....	675
5.9. Responsabilidade quanto à abrangência de pessoas: responsabilidade por dano individual e responsabilidade por dano coletivo.....	676
5.10. Responsabilidade quanto à natureza da pessoa jurídica: responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado e público.....	677
5.10.1. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado.....	677
5.10.2. Responsabilidade da administração pública direta e indireta.....	678
6. Requisitos da responsabilidade.....	679
6.1. Fato lesivo. Culpa, suas espécies e fato da atividade.....	679
6.1.1. Excludentes de ilicitude.....	682
6.1.2. Cláusula de não indenizar.....	684
6.2. Nexos causal e concausa.....	684
6.2.1. Excludentes do nexos causal.....	686

6.2.1.1.	Fato exclusivo da vítima	686
6.2.1.2.	Fato exclusivo de terceiro. Elementos externos e internos	686
6.2.1.3.	Caso fortuito. Elementos externos e internos.....	687
6.2.1.4.	Força maior. Elementos externos e internos	689
6.2.1.5.	<i>Factum principis</i> externo e interno	689
6.3.	Dano.....	690
6.3.1.	Ausência de dano como excludente de responsabilidade ...	690
6.3.2.	Espécies de dano.....	690
6.3.3.	Dano patrimonial e sua reparação. Perda de uma chance...	691
6.3.4.	Dano extrapatrimonial.....	693
6.3.4.1.	Avaliação e composição do dano extrapatrimonial nas relações civis	694
6.3.4.1.1.	Métodos de fixação	694
6.3.4.1.2.	Princípios informativos da fixação dos danos extrapatrimoniais	696
6.3.4.1.3.	Fixação pecuniária da indenização por danos extrapatrimoniais nas relações civis.....	697
Capítulo XXXIII – RESPONSABILIDADE TRABALHISTA.....		701
1.	Introdução	701
2.	Obrigações dos contratantes	702
2.1.	Obrigações do empregado	703
2.2.	Obrigações do empregador e poder empregatício	704
3.	Efeitos do descumprimento das obrigações trabalhistas: responsabilidade e respectiva natureza.....	705
4.	Danos pré e pós-contratuais, decorrentes da relação de trabalho.....	706
5.	Responsabilidade trabalhista de terceiros	707
6.	Conceito e classificação da responsabilidade trabalhista.....	707
Capítulo XXXIV – RESPONSABILIDADE TRABALHISTA POR DANOS EXTRAPATRIMONIAIS E SUA COMPOSIÇÃO		713
1.	Caracterização e competência para a reparação dos danos extrapatrimoniais tipicamente trabalhista	713
2.	Conceito	714
2.1.	Direitos da personalidade.....	714
2.2.	Classificação dos danos extrapatrimoniais trabalhistas.....	715
2.3.	Da natureza da responsabilidade por dano extrapatrimonial	717

2.4.	Danos morais por ofensas a atributos valorativos da personalidade....	718
2.4.1.	Dano moral por ofensas à honra.....	718
2.4.1.1.	Danos morais em caso de reversão de justa causa por ofensa à honra.....	720
2.4.2.	Indenização patrimonial reflexa por ofensa à honra.....	721
2.4.3.	Dano moral por ofensa à imagem.....	721
2.4.3.1.	Dano estético.....	725
2.4.3.2.	Indenização patrimonial reflexa por danos à imagem.....	726
2.4.4.	Dano moral por ofensa ao decoro (decência e pudor) ou tratamento respeitoso.....	727
2.4.4.1.	Assédio moral.....	727
2.4.4.2.	Assédio sexual.....	733
2.4.5.	Dano moral por ofensas à identidade e às criações intelectuais.....	734
2.4.6.	Danos morais por ofensas a atributos físicos da personalidade.....	740
2.4.6.1.	Danos morais por ofensas à vida, saúde e segurança.....	740
2.4.6.1.1.	Acidente do trabalho.....	743
2.4.6.1.1.1.	Danos morais e estéticos nos acidentes do trabalho.....	745
2.4.6.2.	Dano moral por ofensas à liberdade de trabalho. Imposição de condição desumana ou degradante de trabalho. Condição análoga à de escravo.....	747
2.4.6.3.	Dano moral por ofensas às liberdades de locomoção e circulação nas relações de trabalho.....	749
2.4.6.4.	Liberdade de trabalho e trabalho infantil.....	753
2.4.6.5.	Danos morais por retenção de carteira de trabalho.....	754
2.4.6.6.	Dano moral por ofensa do direito à subsistência (imposição de privações: mora salarial e inadimplemento das parcelas rescisórias).....	756
2.4.6.7.	Dano moral por ofensas ao direito à desconexão. Regimes de sobreaviso e prontidão e o uso de pager, telefone celular e outros aparatos eletrônicos de comunicação a distância.....	757
2.4.7.	Danos morais por ofensas a atributos psíquicos ou intelectuais da personalidade.....	759

2.4.7.1.	Danos morais por ofensas ao direito à intimidade.....	759
2.4.7.2.	Danos morais por ofensas ao direito ao sigilo e ao segredo empresarial.....	762
2.4.7.2.1.	O uso do e-mail no trabalho e a questão do sigilo.....	763
2.4.7.2.2.	Ofensas por quebra de sigilo bancário.....	765
2.4.7.3.	Danos morais por ofensas ao direito ao recato ou à vida privada.....	766
2.4.7.3.1.	A intimidade, a vida privada e o sigilo: distinção necessária.....	766
2.4.7.3.2.	Intimidade, vida privada e redes sociais.....	768
2.4.7.3.2.1.	Os problemas que podem surgir a partir do uso das redes sociais no ambiente de trabalho.....	769
2.4.7.3.2.2.	Os cuidados, os limites e a composição dos conflitos decorrentes do abuso no uso das redes sociais.....	772
2.4.7.3.2.3.	A interferência e o princípio da irrelevância dos atos da vida privada do trabalhador para efeitos laborais....	773
2.4.7.3.2.4.	Outros casos de repercussão dos atos da vida privada no contrato.....	774
2.4.7.3.	Dano moral por ofensa ao direito de igualdade (ou de não discriminação).....	776
2.4.7.3.1.	Isonomia.....	779
2.4.7.3.2.	Discriminação.....	780
2.4.7.4.	Dano moral por ofensa à liberdade de consciência.....	786
2.4.7.5.	Liberdade de consciência e objeção de consciência nas relações de trabalho.....	786
2.4.7.5.1.	Aspecto coletivo da liberdade de consciência.....	789

2.4.7.6.	Dano moral por ofensa à liberdade de crença ...	789
2.4.7.6.1.	As entidades ideológicas ou de tendência.....	795
2.4.7.7.	Danos morais por ofensas às liberdades política, filosófica e ideológica.....	802
2.4.7.7.1.	Dispensa por motivos políticos e anistia	805
2.4.7.8.	Danos morais por ofensas às liberdades de expressão intelectual literária, artística, científica e de comunicação	807
2.4.7.8.1.	A liberdade de expressão intelectual literária, artística, científica e de comunicação nas relações de trabalho.....	808
2.4.7.9.	Liberdade de profissão.....	814
2.4.7.10.	Dano moral por ofensa relacionada à liberdade de informação.....	815
2.4.8.	Danos morais por ofensas à liberdade de expressão coletiva: liberdades de reunião, associação, participação na gestão empresarial e de greve.....	820
2.4.8.1.	Práticas antissindicais e danos morais por ofensas à liberdade sindical	820
2.4.8.2.	Danos morais pelas ofensas ao exercício do cargo de dirigente sindical e de representação dos trabalhadores nas empresas	823
2.4.8.3.	Danos morais pelas ofensas à participação dos trabalhadores na gestão empresarial	826
2.4.8.4.	Danos morais por ofensas à liberdade de participação em greve.....	827
2.4.9.	Danos morais aos valores culturais de comunidades (danos morais coletivos)	833
2.5.	Dano existencial	841
2.5.1.	Introdução	841
2.5.2.	Elementos de caracterização do dano existencial	843
2.5.3.	Dano existencial à integridade física e psíquica do trabalhador	844
2.5.4.	Dano existencial à integridade intelectual.....	844
2.5.5.	Dano existencial à integração social.....	844
2.5.6.	Dano moral e dano existencial: distinção e cumulação	845
2.6.	Prescrição de direitos extrapatrimoniais trabalhistas.....	845
2.7.	Avaliação e composição dos danos extrapatrimoniais trabalhistas.....	846

2.7.1.	Princípios informativos da fixação dos danos extrapatrimoniais.....	848
2.7.2.	Parâmetros para a fixação pecuniária da indenização por danos extrapatrimoniais.....	849
2.7.3.	Operacionalização dos princípios de critérios de fixação do valor da indenização dos danos extrapatrimoniais individuais.....	853
2.7.3.1.	Atualização monetária e juros.....	856
2.7.4.	Fixação do valor da indenização dos danos morais coletivos.....	857
2.7.5.	O princípio constitucional da motivação das decisões judiciais.....	858
Capítulo XXXV – RESPONSABILIDADE TRABALHISTA POR DANOS PATRIMONIAIS – NOÇÕES GERAIS.....		859
1.	Responsabilidade patrimonial.....	859
2.	Responsabilidade do empregador.....	859
2.1.	Responsabilidade nos fortuitos humano e natural, interno e externo e o dever de indenizar. O factum principis interno e externo.....	860
2.2.	Grupo de empregadores e responsabilidade.....	863
2.3.	Sucessão e responsabilidade.....	864
2.3.1.	Efeitos da sucessão trabalhista.....	865
2.3.2.	A sucessão trabalhista quanto ao aspecto objetivo: os direitos que devem ser respeitados na sucessão.....	866
2.3.3.	Exceções à caracterização da sucessão trabalhista.....	867
2.3.3.1.	Sucessão e transferência de titularidade de cartórios e serviços notariais.....	868
2.3.3.2.	Sucessão e desmembramento de município.....	868
2.3.3.3.	Sucessão e a nova lei de falências e recuperação judicial.....	869
2.3.3.4.	Concessão e permissão para exploração de negócio sem aproveitamento de equipamentos ou unidade produtiva.....	870
2.3.3.5.	Franquia.....	871
3.	Responsabilidade do empregado.....	871
4.	Responsabilidade do Estado.....	872
5.	Responsabilidade de terceiro.....	872
Capítulo XXXVI – RESPONSABILIDADE TRABALHISTA PATRIMONIAL DE TERCEIROS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....		873
1.	Responsabilidade trabalhista de quem não é o empregador.....	873

1.1.	Responsabilidade do sócio.....	874
1.1.1.	Desconsideração da personalidade jurídica	874
1.2.	Responsabilidade na terceirização. Empresas privadas e Estado	877
1.2.1.	Terceirização e subempregada.....	880
1.2.2.	Terceirização e empresas de vigilância e transporte.....	881
1.2.3.	Terceirização e trabalho temporário.....	882
1.2.4.	Terceirização nas concessões de serviços públicos.....	882
1.2.4.1.	Empresas de call centers e terceirização	883
1.3.	Responsabilidade do dono da obra	884
1.4.	Responsabilidade nos consórcios de empregadores.....	885
1.5.	Cooperativas de trabalho e responsabilidade	885
1.6.	Corretores de seguros de previdência complementar e responsabilidade das seguradoras e dos bancos controladores.....	887
1.7.	Aspectos processuais da terceirização	889
1.7.1.	Responsabilização subsidiária ou solidária: fundamento ou pedido?	889
1.7.2.	Ajuizamento em face apenas do responsável subsidiário... ..	890
1.7.3.	Ajuizamento em face apenas do responsável solidário	890
1.7.4.	Ajuizamento em face apenas da prestadora de serviços.....	890
1.7.5.	Matérias que o responsável subsidiário pode arguir em defesa: limites do interesse processual.....	891
1.7.6.	Limitação da responsabilidade.....	891
Capítulo XXXVII – INDENIZAÇÕES POR DANOS PATRIMONIAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO		893
1.	Indenização por supressão de benefícios em virtude de alteração de norma regulamentar.....	893
2.	Indenizações na greve	894
3.	Indenização pela exploração econômica da imagem do artista ou desportista. Direito de imagem e direito de arena.....	895
4.	Indenização dos direitos intelectuais.....	897
5.	Indenização pelo trabalho em dia de descanso	898
6.	Indenização de licença-maternidade não concedida	902
7.	Indenização por horas extras impagas e intervalos suprimidos.....	904
8.	Indenização patrimonial nos acidentes do trabalho.....	905
9.	Indenização por mora salarial	905
10.	Indenização pelo inadimplemento de adicional de transferência	908
11.	Indenização compensatória de alterações na zona de trabalho do vendedor comissionista ou alterações na carteira de clientes de outros intermediários	910

11.1. Indenização baseada na cláusula <i>star del credere</i>	911
12. Indenização compensatória da diminuição da carga horária de professor e da dispensa ao término do ano letivo ou no curso das férias escolares.....	911
13. Indenização compensatória da supressão de gratificações e prêmios. <i>Stock options</i> , bicho, gueltas e luvas.....	912
14. Indenização por quebra de caixa.....	914
15. Indenização compensatória de despesas de custeio de curso ou viagem para estudos. Cláusulas de permanência e de não concorrência. Ajuda de custo e diárias para viagens.....	915
16. Indenização compensatória da aquisição obreira de instrumento de trabalho para utilização no serviço ou pelo induzimento à aquisição de produtos, mercadorias ou serviços.....	916
17. Indenização compensatória da inobservância da equiparação salarial.....	917
18. Indenização compensatória da inobservância da isonomia entre trabalhador temporário e trabalhador permanente da empresa tomadora.....	919
19. Indenização compensatória da inobservância do quadro de carreira.....	919
20. Indenização compensatória do acúmulo ou desvio de função.....	920
21. Indenização compensatória da substituição temporária.....	921
22. Indenização compensatória do inadimplemento de ajuda de custo e diárias para viagens.....	922
23. Indenização compensatória do não cadastramento no PIS.....	923
24. Indenização por abuso do direito.....	924
25. Indenização compensatória de férias inteiras ou proporcionais.....	925
26. Indenização por descumprimento de cláusula de norma coletiva.....	929
27. Indenização compensatória por diferença de recolhimentos fiscais não efetuados na época própria.....	931
28. Responsabilidade por demanda antecipada de dívida ou de dívida já paga.....	931
29. Indenização compensatória da despedida arbitrária ou sem justa causa.....	931
29.1. Estabilidade, garantia de emprego, dispensa discriminatória e proteção geral à despedida arbitrária ou sem justa causa: distinção.....	931
29.2. Estabilidades.....	935
29.2.1. Estabilidades decenal, contratual, regulamentar e normativa.....	935
29.2.2. Estabilidade do servidor público.....	935
29.2.3. Estabilidade em período eleitoral.....	936
29.2.4. Estabilidade dos membros do Conselho Curador do FGTS.....	936
29.2.5. Estabilidade dos representantes dos empregados no Conselho de Previdência Social.....	937
29.2.6. Estabilidade dos representantes dos trabalhadores nas CCP.....	937

29.2.7.	Estabilidade dos diretores de cooperativas	937
29.2.8.	Estabilidade do dirigente sindical.....	937
29.3.	Garantias de emprego	941
29.3.1.	Garantia de emprego dos dirigentes da CIPA	941
29.3.2.	Garantia de emprego da gestante	943
29.3.3.	Garantia de emprego do empregado acidentado	945
29.3.4.	Garantia de emprego do representante dos empregados nos Conselhos de Administração das empresas públicas e sociedades de economia mista.....	947
29.3.5.	Garantia de emprego dos representantes dos trabalhadores.....	948
29.3.6.	Garantia de emprego do empregado às vésperas da obtenção de aposentadoria	949
29.4.	Tutela processual	949
30.	Indenização compensatória da dispensa nos 30 dias antecedentes ao reajuste da data-base	949
31.	Indenização compensatória da terminação antecipada de contrato a termo (arts. 479 e 480, CLT)	950
32.	Indenização compensatória da indenização por terminação de contrato condicional (art. 475, § 2º, CLT).....	950
33.	Indenização compensatória do não fornecimento de guias do seguro-desemprego.....	951
34.	Indenização compensatória de aviso prévio não concedido	951
35.	Indenização compensatória do desrespeito à garantia de ocupação de imóvel funcional durante aviso prévio.....	952
36.	Indenização compensatória incidente sobre FGTS. Efeitos da aposentadoria espontânea, culpa recíproca e força maior. A diferença decorrente do expurgo inflacionário	953
37.	Indenizações pela terminação contratual.....	954
38.	Indenização compensatória da mora ou inadimplemento das parcelas rescisórias. Arts. 467 e 477, da CLT	956
39.	Indenização por danos patrimoniais no acidente do trabalho	956
40.	Indenização por perda de uma chance	960
Capítulo XXXVIII – DIREITO DE EMPRESA		963
1.	Noções gerais.....	963
2.	Livre iniciativa.....	964
3.	Empresa e sua função social	965
4.	Empresa e estabelecimento: distinção	966

4.1.	Empresa individual de responsabilidade limitada.....	967
4.2.	Microempresas, empresários individuais, empresas individuais de responsabilidade limitada e empresas de pequeno porte	968
4.2.1.	Microempreendedores individuais, microempresas, empresas individuais de responsabilidade limitada e empresas de pequeno porte nas relações de trabalho	969
4.3.	Empresas sem sócios: microempresas individuais, empresário individual e empresa individual de responsabilidade limitada: distinção.....	970
4.4.	A empresa nas relações de trabalho.....	971
5.	Estabelecimento	971
5.1.	O estabelecimento nas relações de trabalho	972
6.	Empresário.....	973
6.1.	Efeitos do casamento e da separação do empresário quanto ao patrimônio e relações com terceiros.....	974
6.2.	Capacidade para o exercício das atividades empresariais.....	974
7.	Sociedades	975
7.1.	Conceito e espécies de sociedades	975
7.1.2.	Sociedades não personificadas.....	979
7.1.2.1.	Sociedade em comum.....	979
7.1.2.2.	Sociedade em conta de participação	980
7.1.3.	Sociedades personificadas não empresárias.....	981
7.1.3.1.	Sociedade simples.....	981
7.1.3.1.1.	Direitos e obrigações dos sócios	982
7.1.3.1.2.	Administração da sociedade	982
7.1.3.1.3.	Relações com terceiros	984
7.1.3.1.4.	Da resolução da sociedade em relação a um dos sócios.....	985
7.1.3.1.5.	Terminação da sociedade simples.....	985
7.1.3.2.	Sociedade (simples) cooperativa.....	986
7.1.3.3.	Sociedade cooperativa e o Direito do Trabalho..	990
7.1.4.	Sociedades personificadas simples ou empresárias.....	993
7.1.4.1.	Sociedade em nome coletivo	993
7.1.4.2.	Sociedade em comandita simples.....	993
7.1.4.3.	Sociedade limitada.....	994
7.1.4.4.	Sociedade anônima.....	1000
7.1.4.4.1.	Empregado eleito diretor de Sociedade Anônima	1006
7.1.4.5.	Sociedade em comandita por ações	1006

7.2.	Sociedades coligadas.....	1006
7.3.	Transformação, incorporação, fusão e da cisão das sociedades.....	1007
7.3.1.	Transformação	1007
7.3.2.	Incorporação.....	1008
7.3.3.	Fusão.....	1008
7.3.4.	Cisão.....	1009
7.3.5.	Efeitos da transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades nas relações de trabalho	1009
7.4.	O grupo econômico no Direito do Trabalho	1010
7.5.	Desconsideração da Personalidade Jurídica Autônoma da Sociedade..	1011
7.6.	Falência, recuperação judicial e execução concentrada de empresas ...	1013
7.6.1.	Noções gerais.....	1013
7.6.2.	Recuperação: conceito e espécies.....	1015
7.6.3.	Recuperação judicial.....	1015
7.6.4.	Recuperação extrajudicial.....	1017
7.6.4.1.	Execução concentrada trabalhista	1017
7.6.5.	Falência	1018
7.6.6.	Efeitos da Falência e Recuperação de Empresas nos créditos trabalhistas.....	1020
7.6.6.1.	Efeitos na falência.....	1021
7.6.6.2.	Efeitos na recuperação de empresas de médio e grande portes	1023
7.6.6.3.	Efeitos na recuperação extrajudicial e na recuperação de microempresas e empresas de pequeno porte.....	1026
Capítulo XXXIX – DIREITO DAS COISAS.....		1027
1.	Direito das Coisas: conceito e objeto.....	1027
2.	Direitos reais: conceito, natureza jurídica, características, efeitos e identificação.....	1028
2.1.	Classificação dos direitos reais. Ações reais.....	1029
3.	Posse: teorias subjetiva e objetiva	1029
3.1.	A teoria adotada pelo novo Código.....	1030
4.	Natureza jurídica. Distinção entre posse e propriedade. Conceito de posse	1031
5.	Tipos de posse (classificação).....	1032
6.	Aquisição da posse	1033
7.	Posse e detenção.....	1034
7.1.	Posse-detenção, posse trabalho e posse com justo título	1034

8.	Efeitos da posse.....	1035
8.1.	Efeitos da posse nas relações de trabalho.....	1036
9.	Perda da posse.....	1037
10.	Direitos reais explicitamente elencados pelo Código Civil. As ações reais.....	1037
10.1.	Propriedade: conceito, natureza jurídica, função social e normas gerais. Propriedade e domínio.....	1038
10.1.1.	A função social da propriedade no Direito do Trabalho e o abuso de direito.....	1039
10.1.2.	Limitações ao direito de propriedade.....	1040
10.1.2.1.	Limitações ao direito de propriedade no Direito do Trabalho.....	1041
10.1.3.	Da descoberta.....	1042
10.1.4.	Formas de aquisição da propriedade imóvel.....	1042
10.1.5.	Formas de aquisição da propriedade móvel.....	1044
10.1.5.1.	Aquisição por usucapião de propriedade imóvel...	1045
10.1.5.2.	Aquisição por usucapião de propriedade móvel...	1046
10.1.6.	Perda da propriedade.....	1046
10.2.	Direito de vizinhança.....	1047
10.2.1.	Formas de correção do uso anormal da propriedade como direito de vizinhança.....	1047
10.2.2.	Do direito de vizinhança em relação às árvores limítrofes.....	1047
10.2.3.	Da passagem forçada de pessoas, veículos, cabos e tubulações de utilidade pública.....	1048
10.2.4.	Do direito de vizinhança em relação às águas.....	1048
10.2.5.	Limites entre prédios e direito de tapagem nas relações entre vizinhos.....	1049
10.2.6.	Direito de construir nas relações entre vizinhos.....	1050
10.2.7.	Condomínio.....	1051
10.2.7.1.	Condomínio nas relações de trabalho (empregados em condomínios).....	1053
10.2.7.2.	Condomínio voluntário.....	1054
10.2.7.3.	Do condomínio necessário.....	1055
10.2.7.4.	Do condomínio edifício.....	1055
10.2.7.5.	Do condomínio em lotes.....	1060
10.2.7.6.	Do condomínio em multipropriedades.....	1060
10.3.	Fundo de investimento.....	1063
10.4.	Propriedade plena e propriedade limitada. Nua propriedade e domínio útil. Propriedade e domínio.....	1064

10.4.1.	Propriedade resolúvel.....	1064
10.4.2.	Propriedade fiduciária.....	1065
10.5.	Propriedade literária, artística e científica.....	1066
10.5.1.	Direitos intelectuais.....	1066
10.5.1.1.	Direitos de autor	1066
10.5.1.2.	Direitos da propriedade industrial.....	1067
10.5.1.3.	Direitos intelectuais de criação e utilização de softwares.....	1068
10.5.1.4.	Os direitos intelectuais nas relações de trabalho.....	1068
10.6.	Direito de superfície	1069
10.7.	Da laje.....	1071
10.8.	Servidão.....	1072
10.9.	Usufruto.....	1073
10.10.	Uso	1077
10.11.	Habitação	1077
10.12.	Do direito de promitente comprador	1078
10.13.	Penhor.....	1078
10.13.1.	Penhor rural	1079
10.13.2.	Penhor agrícola.....	1080
10.13.3.	Penhor pecuário.....	1080
10.13.4.	Penhor industrial e mercantil	1080
10.13.5.	Penhor de direitos e títulos de crédito.....	1081
10.13.6.	Penhor de veículos.....	1082
10.13.7.	Penhor legal	1083
10.14.	Hipoteca.....	1083
10.14.1.	Disposições gerais	1084
10.14.2.	Hipoteca legal.....	1087
10.14.2.1.	Hipoteca judiciária (art. 495, CPC)	1087
10.14.3.	Hipoteca das vias férreas	1088
10.15.	Anticrese.....	1088
11.	Supressão da enfiteuse, ressalvados os direitos adquiridos.....	1089
Capítulo XL – DIREITO DE FAMÍLIA		1091
1.	Direito de Família: objeto, institutos e características.....	1091
2.	Família: significado e natureza jurídica.....	1092
3.	Parentesco: conceito e espécies.....	1093

4.	Parentesco consanguíneo e por afinidade: distinção.....	1094
5.	Vínculo de parentesco: linhas e graus.....	1094
5.1.	Linhas e graus de parentesco	1094
5.2.	Parentesco por afinidade.....	1096
5.3.	Estirpe	1096
5.4.	Parentesco simples ou unilateral e duplo ou bilateral.....	1097
6.	Efeitos do parentesco.....	1097
6.1.	Filiação	1097
6.1.1.	Do reconhecimento dos filhos.....	1098
6.1.1.1.	Ação de investigação de paternidade ou de maternidade.....	1100
6.2.	Adoção.....	1100
7.	Casamento: conceito, natureza jurídica e aspectos gerais.....	1102
7.1.	Capacidade.....	1103
7.2.	Impedimentos absolutos e relativos do casamento. As causas suspensivas.....	1104
7.3.	Da habilitação para o casamento.....	1105
7.4.	Da celebração do casamento	1105
7.5.	Prova civil do casamento.....	1106
7.6.	Invalidade do casamento.....	1107
7.7.	Efeitos do casamento.....	1109
7.8.	Dos atos patrimoniais que podem ser livremente praticados pelo cônjuge e dos que dependem de autorização.....	1110
7.9.	Do regime de bens do casamento	1111
7.9.1.	Do Pacto Antenupcial.....	1112
7.9.2.	Comunhão parcial.....	1113
7.9.3.	Comunhão universal.....	1114
7.9.4.	Participação final nos aquestos.....	1115
7.9.5.	Separação absoluta	1116
7.9.5.1.	Separação legal ou obrigatória.....	1116
7.9.6.	A responsabilidade dos cônjuges ou companheiro pelas dívidas trabalhistas ante o regime de bens do casamento nas relações de trabalho doméstico e nas demais por participação em sociedade	1117
7.9.7.	Alteração do regime de bens no casamento, mediante autorização judicial	1118
7.9.8.	Contrato de emprego entre parentes e entre cônjuges	1119
8.	Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal	1119

8.1.	Causas de separação e divórcio.....	1120
8.1.1.	Possibilidade de realização de separação consensual e divórcio consensual em cartório	1121
9.	União estável.....	1122
9.1.	Distinção entre concubinato e companheirismo.....	1122
9.1.1.	A questão do prazo para o reconhecimento da união estável.....	1123
9.1.2.	Direito do companheiro ou companheira à participação na sucessão em caso de união estável.....	1123
9.1.3.	Exclusão do concubinato eventual para efeito de configuração da união estável e do direito à herança pelo concubino	1123
10.	Poder familiar.....	1123
11.	Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores.....	1125
12.	Alimentos	1126
12.1.	Repercussão dos alimentos nas relações de trabalho	1128
13.	Do bem de família.....	1128
14.	Da tutela, da curatela e da tomada de decisão apoiada.....	1130
14.1.	Tutela.....	1131
14.2.	Curatela.....	1135
14.3.	Da tomada de decisões apoiada.....	1136
Capítulo XLI – DIREITO DAS SUCESSÕES.....		1139
1.	Noções gerais.....	1139
2.	Sucessão legítima, por morte.....	1141
2.1.	Efeitos	1141
2.2.	Lei e lugar da sucessão. Estrangeiro.....	1142
2.3.	Herança: conceito, designação, devolução, aceitação, transmissão e renúncia	1142
2.3.1.	Da petição de herança. Herdeiro aparente ou presuntivo....	1144
2.4.	Pessoas excluídas da herança	1144
2.5.	Exclusão por deserdação	1145
2.5.1.	Administração da herança.....	1146
2.5.2.	Das heranças jacente e vacante	1147
2.6.	Ordem de vocação hereditária na sucessão legítima.....	1147
2.6.1.	Concurso com cônjuge sobrevivente.....	1149
2.6.2.	Herdeiros necessários	1150
2.6.3.	Participação da companheira ou do companheiro na sucessão do outro na vigência da união estável	1151

2.6.4.	Direito de representação.....	1151
2.6.5.	Sucessão dos colaterais.....	1152
3.	Sucessão testamentária e tipos de testamento. Codicilos.....	1152
3.1.	Testamento público.....	1153
3.2.	Testamento cerrado.....	1154
3.3.	Testamento particular.....	1155
3.4.	Testamentos marítimo e aeronáutico.....	1155
3.5.	Testamento militar.....	1156
3.6.	Dos Codicilos.....	1156
4.	Das disposições testamentárias.....	1157
5.	Dos legados.....	1159
5.1.	Dos efeitos do legado e seu pagamento.....	1159
5.2.	Da caducidade dos legados.....	1161
5.3.	Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários.....	1161
5.4.	Das substituições vulgar, recíproca e fideicomissária.....	1162
6.	Da redução das disposições testamentárias.....	1163
7.	Da revogação do testamento.....	1164
8.	Do rompimento do testamento.....	1164
9.	Do testamenteiro.....	1164
10.	Inventário e colação.....	1165
11.	Inventário e partilha extrajudicial, em cartório.....	1166
12.	Sucessão mortis causa no Direito do Trabalho.....	1167
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	1169
	Sites visitados.....	1179
	Julgados citados.....	1180